SciELO Preprints

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.
DOI do preprint publicado: https://doi.org/10.22633/rpge.v30i00.21013

AVALIAÇÃO, AUTONOMIA DOCENTE E CURRICULARIZAÇÃO: DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR

Priscila Caroline Miguel, José Carlos Miguel

https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Submetido em: 2025-03-30
Postado em: 2025-04-07 (versão 1)
(AAAA-MM-DD)

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

ARTIGO

AVALIAÇÃO, AUTONOMIA DOCENTE E CURRICULARIZAÇÃO: DESAFIOS NO ENSINO SUPERIOR

PRISCILA CAROLINE MIGUEL[1]
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-1499-9196
priscilacarolinemiguel@gmail.com>
JOSÉ CARLOS MIGUEL[2]
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-9660-3612
jocarmi@terra.com.br>

[1] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, São Paulo (SP), Brasil.
[2] Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Marília, São Paulo (SP), Brasil.

RESUMO: Discute-se a avaliação docente no ensino superior, em contexto de curricularização da extensão universitária. Vale-se de revisão bibliográfica acerca dos condicionantes da organização do trabalho acadêmico, no que tange ao planejamento e implementação de ações. Os resultados indicam que as influências do modelo de universidade operacional impõem a prevalência do paradigma curricular técnico-linear, de instrumentalização para o mercado de trabalho, em detrimento da ênfase em investigações voltadas à resolução de problemas sociais abrangentes e ao desenvolvimento sustentável, algo a se lograr com a ampliação do diálogo com a sociedade. Enfrentar as imposições ultraliberais exige respeito à autonomia docente e atuação no sentido de firmar o paradigma curricular crítico-emancipatório.

Palavras-chave: Avaliação, Ensino Superior, autonomia docente, curricularização.

EVALUATION, TEACHER AUTONOMY AND CURRICULARIZATION: CHALLENGES IN HIGHER EDUCATION

ABSTRACT: This paper discusses teacher evaluation in higher education in the context of curricularization of university extension programs. It uses a bibliographic review on the determinants of the organization of academic work, with regard to the planning and implementation of actions. The results indicate that the influences of the operational university model impose the prevalence of the technical-linear curricular paradigm, of instrumentalization for the labor market, to the detriment of the emphasis on research aimed at solving comprehensive social problems and sustainable development, something that can be achieved by expanding the dialogue with society. Confronting ultra-liberal impositions requires respect for teacher autonomy and action to establish the critical-emancipatory curricular paradigm.

Keywords: Evaluation, Higher Education, teacher autonomy, curricularization.

EVALUACIÓN, AUTONOMÍA DOCENTE Y CURRICULARIZACIÓN: RETOS EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR

RESUMEN: Se discute la evaluación docente en la educación superior, en el contexto de la curricularización de la extensión universitaria. Se utiliza una revisión bibliográfica sobre las condiciones

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

de la organización del trabajo académico, en lo que respecta a la planificación e implementación de acciones. Los resultados indican que las influencias del modelo universitario operacional imponen la prevalencia del paradigma curricular técnico-lineal, de instrumentalización para el mercado de trabajo, en detrimento del énfasis en la investigación orientada a la solución de problemas sociales integrales y al desarrollo sustentable, algo que se logra ampliando el diálogo con la sociedad. Enfrentar las imposiciones ultraliberales requiere respeto a la autonomía docente y acción para establecer el paradigma curricular crítico-emancipador.

Palabras clave: Evaluación, Educación Superior, autonomía docente, curricularización.

INTRODUÇÃO

Muito se tem a discutir sobre a temática da avaliação, em especial, as de larga escala, no cenário educacional brasileiro, considerando-se os condicionantes do processo de trabalho docente, face ao avanço das políticas ultraliberais, às transformações nos modos de produção em função do desenvolvimento tecnológico e aos pressupostos de racionalização técnica, a pretexto de enxugamento da máquina administrativa do Estado, em geral, tomada como onerosa e burocratizada.

No caso do ensino superior, o espectro de invariantes se amplia, diante dos desafios a enfrentar concernentes ao desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, à liberdade de cátedra e à consequente organização do trabalho docente, corolários necessários à consolidação do papel da universidade relativamente ao ideário de construção de uma sociedade democrática.

Nas quatro últimas décadas, todo o sistema educacional foi afetado por transformações no modo de produção capitalista, sobejamente marcado pelo acentuado desenvolvimento tecnológico, impondo consequências de natureza prescritivo-normativa ao trabalho docente, pela imposição de procedimentos técnico-pedagógicos e supostas inovações curriculares, como, por exemplo, o discurso situado no âmbito da pedagogia de competências.

De maneira controversa, aos docentes do ensino superior, para além das atribuições relacionadas à natureza do trabalho acadêmico propriamente dito, se impõe a responsabilidade pela viabilização, via financiamento externo, de equipamentos e suprimentos, pela qual devem ir à busca de recursos, legitimando um modelo organizacional em contexto de espaço de disputa no que se refere à forma de distribuição e aplicação das verbas de ciência e tecnologia. Não se fazendo assim, a carreira docente perece em vista da sistemática de avaliação atrelada a esse modelo.

Por certo, o trabalho docente na universidade precisa ser avaliado. Não se trata de mera imposição legalista, mas um dever ético, dado o direito de outros setores da sociedade em saber onde e como seus recursos estão sendo aplicados, bem como se seus interesses e necessidades têm sido contemplados no debate científico, de sorte a melhor encaminhar os problemas que a eles afetam.

Se a produtividade é inerente ao trabalho na academia, como de resto em toda atividade laboral, o produtivismo exacerbado, caracterizado pelo discurso de excelência que deve se materializar

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

no quantitativo de publicações em periódicos qualificados, na inserção do docente na pós-graduação, na internacionalização da pesquisa e na sua capacidade de captação de recursos em agências externas de financiamento, instala um clima de exagerada competitividade, na universidade. No conjunto, tais invariantes consolidam um quadro de intensificação do trabalho docente assinalado pela quantificação e pela competitividade. Ao que parece, a qualidade está voltada meramente a indicadores numéricos.

Apenas como fomento ao debate, no momento em que escrevemos, discute-se a substituição do Sistema Qualis de Avaliação de Periódicos Científicos pelo Fator de Impacto, algo que, de imediato, pode sugerir a extinção das revistas do extrato B. A quem pode interessar, caso ocorra, a extinção de um órgão de divulgação científica, seja ele qual for? Isso contribui para a democratização do processo de difusão de saberes, em uma sociedade tão desigual como a brasileira? Não seria mais producente criar políticas de investimento para valorização dos periódicos, supostamente com menor impacto, a fim de que possam galgar indicadores de avaliação superiores? Devemos pontuar mais os artigos publicados em revistas internacionais ou a formação acadêmica de graduandos e pós-graduandos? O que os pais, no coletivo social amplo, mais esperam para os seus filhos? Os atores sociais almejam mais o número de artigos publicados em periódicos internacionais, aos quais poucos têm acesso, ou a solução ou melhor encaminhamento de problemas colocados pela sociedade?

A Lei Federal nº 13.005, definidora dos parâmetros legais do Plano Nacional de Educação para o decênio 2014 – 2024, revelou-se clara e coerente com a preocupação com a função social da universidade, estabelecendo a necessidade de "assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando a sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social" (Brasil, 2014, Estratégia 12.7).

Parece-nos claro, a despeito de as metas do PNE 2014-2024 não terem sido cumpridas plenamente, em sua maioria absoluta, que a Estratégia 7, da Meta 12, provocou grande movimentação e debate nas instituições de ensino superior, face à necessidade de curricularização da extensão universitária, com consequências, inclusive, para credenciamento e reconhecimento de cursos. Mais do que isso, colaborou para maior integração da universidade com outros setores da sociedade, vislumbrando-se perspectivas de incremento da formação inicial e continuada, em perspectiva humanística, enriquecimento curricular e articulação entre teoria e prática. Esperamos que também traga, em seu bojo, de modo progressivo, maior valorização, na avaliação acadêmica, das dimensões de ensino e extensão universitária, algo que já se nota no planejamento estratégico de algumas universidades do país.

Embora um conjunto considerável de instituições tenha conseguido implementar o processo de curricularização da extensão universitária somente nos últimos anos do decênio, a ação desencadeada pode ser considerada alvissareira, esperando-se o desenvolvimento de processos de avaliação docente

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

coerentes com o protocolo estabelecido com vistas à renovação dos currículos e programas de ensino, na universidade.

Tal prerrogativa se revela necessária, posto que a ênfase exagerada na busca de melhoria dos índices de produção acadêmica, ainda muito sugestionada pelos *papers* publicados ou patentes registradas, além de centralizar em apenas uma dimensão a amplitude desejável do trabalho acadêmico – isso, aliás, uma previsão constitucional –, ao mesmo tempo restringe o alcance social, acadêmico e político igualmente relevante das dimensões do ensino e da extensão universitária. E o sentido humanista do trabalho acadêmico cede lugar à pressão e ao constrangimento pelo cumprimento dos prazos, na maioria dos casos, exíguos.

Na virada do século XXI, quando mais se enfatizou a necessidade de liberdade para incremento do ensino, da pesquisa e da extensão, a burocratização do trabalho docente engessou o processo de atuação, na universidade. E as relações profissionais e interpessoais se desgastaram, pela multiplicidade de afazeres e pelo conflito de competências, a ponto de ocorrer casos de pressão sobre docentes para inserção na pós-graduação ou aumento da produção acadêmica, na forma de publicações.

Espera-se, a partir da consolidação do instituto legal da curricularização da extensão universitária, uma política de avaliação docente, no ensino superior, capaz de considerar o princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, contudo, igualmente voltada para a valorização das principais capacidades de cada docente. Isso exige a percepção, pela comunidade acadêmica, de que é possível fazer pesquisa tanto a partir das ações de extensão universitária, pela relação dialógica com a comunidade externa, quanto pela evidência da articulação entre teoria e prática, na relação dialógica com a comunidade interna, pela renovação dos programas de ensino. Mas exige, também, compreender e respeitar que alguns têm maior afinidade com o ensino, outros com a extensão universitária e outros, igualmente, têm aptidão profissional um tanto mais centrada na pesquisa, podendo todos contribuir para a articulação teoria e prática no desempenho de suas funções.

Sem embargo, o empenho para suprir as carências e necessidades do trabalho impõe aos professores a ampliação das suas tarefas cotidianas. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. A deterioração progressiva das condições de trabalho e de estudo, na universidade pública, tem gerado um clima de instabilidade e de improvisação incompatível com a razão mais sublime para a existência dessa instituição, qual seja, a produção de conhecimento para a melhoria da condição humana, para a construção da identidade, da autonomia e da liberdade.

Tais formulações requerem postura crítico-reflexiva com respeito ao trabalho acadêmico, desenvolvendo uma política de avaliação docente capaz de valorização da atuação no contexto amplo do histórico tripé de competências universitárias, sem desconsiderar a vocação, as aptidões e as capacidades individuais, geralmente reveladas no âmbito de cada dimensão acadêmica.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Assim, o presente artigo discute algumas implicações da política de avaliação docente, no ensino superior, especialmente no contexto da função social da universidade, sobejamente descaracterizada pela regulamentação imposta pela tendência de prevalência do modelo neoliberal de universidade operacional.

A metodologia utilizada envolve revisão bibliográfica e análise documental acerca dos condicionantes concernentes à organização e avaliação do trabalho acadêmico, no que tange às questões de planejamento, implementação de ações, análise e interpretação, além da redação final do artigo.

Logo, a partir da seleção do material coletado, fizemos uma leitura interpretativa "que visa estabelecer relação entre o conteúdo das fontes e conteúdos obtidos em outras fontes" (Gil, 2019, p. 80), a fim de problematizar a política de avaliação que influencia a autonomia docente no Ensino Superior, bem como, por um lado, restringe o trabalho acadêmico à dimensão de instrumentalização para o mercado de trabalho, o que, embora tenha impacto na sociedade, por outro lado, descaracteriza a formação humanista *omnilateral* e, contraditoriamente, supervaloriza a avaliação centrada prioritariamente na dimensão da pesquisa, por vezes subsumida como publicações, criando-se perspectivas de financiamento diferenciado para os ditos centros de excelência acadêmica.

Nesse diapasão, o artigo parte dessa introdução para, na seção seguinte, de desenvolvimento, debater condicionantes de natureza organizacional, técnica e política a afetar o trabalho acadêmico e o processo de avaliação docente, de sorte a, na sequência, tecer as devidas considerações finais.

A AVALIAÇÃO DOCENTE FACE À DESCARACTERIZAÇÃO DO TRABALHO ACADÊMICO NO CONTEXTO DE AFIRMAÇÃO DO MODELO DE UNIVERSIDADE OPERACIONAL

Há quem defenda que, a rigor, o papel principal da universidade é produzir conhecimento científico. Concordamos com essa tese, mas julgamos relevante estabelecer, de início, que, do ponto de vista da função social da universidade, é defensável e coerente que o conhecimento produzido tenha lastro social e seja referenciado na sociedade, pela proposição de encaminhamentos necessários à resolução de problemas sociais relevantes, de quaisquer naturezas.

É claro que uma dada situação possa constituir um problema ou um interesse para um segmento da sociedade e não para outros, porém, discuti-lo é igualmente relevante, para pensarmos a dimensão acadêmica em contexto de reflexão crítica, de liberdade, de pensamento plural e de enriquecimento e abrangência da condição humana. Nesse sentido, o trabalho na universidade deve tender à universalidade, à diversidade cultural. A formação para o desenvolvimento omnilateral da condição humana exige liberdade e capacidade de reflexão crítica, o que não se constrói sem a possibilidade de escolhas:

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

> Hoje, com o avanço fantástico da ciência e da tecnologia, o conhecimento que gera o saber e o poder coloca, ao mesmo tempo, a questão ética desse saber criado pelo ser humano, seu destino, seu limite... Não seria demais repisar que não há moral sem sociedade e não há sociedade sem crenças e valores, valores que permitem ajuizar a ação humana em termos de sua qualidade social. Não basta ao ser humano a descrição e explicações matemáticas, físicas, biológicas etc. do mundo, a transcrição quantitativa da realidade natural, social e humana. Ao ser humano é imprescindível saber se os resultados do trabalho, da produção científica, artística, educativa etc. são bons, se ajudam a resolver os dilemas, os conflitos, a miséria material e moral do ser humano. À consciência moral importa saber se a ação atual, qualquer que seja, aponta para a solidariedade, a emancipação e a autonomia do ser humano (Vale, 2018, p. 93).

Sem esse olhar amplo e dialeticamente articulado às coisas do mundo, a avaliação, tomada como orientação das práticas, pode se tornar um instrumento de poder e de cooptação, considerando-se a profusão de áreas temáticas, as tradições epistemológicas e as diversas formas e manifestações culturais presentes na universidade. Como esperar uma avaliação meramente quantitativa e instrumental, em uma instituição cuja característica mais notável é a diversidade cultural?

Por certo, a autorreprodução da sociedade pelo processo educativo envolve movimento contraditório e dialético, já que traz em seu bojo a possibilidade de incorporação e sujeição dos atores sociais ao estado de coisas existentes, mas igualmente a perspectiva de progresso, de ruptura do equilíbrio supostamente existente, da criação do novo, da transformação social, enfim.

Esse movimento se revela ainda mais notável e contraditório, na universidade, em função de seu compromisso social, historicamente definido, com a produção e a difusão de conhecimento científico, corroborando progressivamente para a deturpação de sua razão de ser e impondo um processo de intensificação do trabalho docente, caracterizado pela competitividade e quantificação de *papers* produzidos.

Tomada ao extremo, a exacerbação da avaliação por quantitativo de produtos contribui para a transformação da universidade, historicamente marcada pela universalidade e diversidade, em universidade operacional, a impor uma produtividade por vezes parecida com a almejada pelo modo de produção capitalista.

A rigor, e admiravelmente, o atual estágio do capitalismo tem outras formas de apropriação do excedente econômico, as quais derivam do trabalho científico, a impor o controle da atuação na universidade, via modelo operacional, uma vez que resulta não apenas da apropriação de mais-valia, mas de um excedente mercantil e de formas diferenciadas de apropriação da riqueza produzida situadas no contexto do desenvolvimento tecnológico:

> O trabalho aparece agora como fator que não constitui a fonte originária do excedente, e essa função passa a ser transferida para o conhecimento, para a tecnologia. O trabalho manual aparece como algo em extinção e já sem maior importância para a produção da riqueza. O lucro aparece como resultado da capacidade de gestão intelectual. Tal aparência ganha contornos de realidade absoluta e indiscutível. A informação passa a ser o novo fetiche da sociedade capitalista atual, ao lado de todos os demais, especialmente ao lado da "santíssima trindade": os fetiches mercadoria,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

> dinheiro e capital (sendo este último o "pai de todos") (Carcanholo, 2010, p. 19, aspas e destaques do autor).

Ressalte-se, por conseguinte, que o fenômeno não é recente e se acentua progressivamente, à medida que outros instrumentos e signos de mediação pedagógica são incorporados à atuação docente, pela transformação dos processos de informação e comunicação. Tornam-se mais abrangentes e variadas as técnicas para criação de padrões de medida e comparação, sejam numéricas, sejam analógicas, pelo desenvolvimento exorbitante de novos sistemas técnico-administrativos, com a justificativa de racionalização, porém, a rigor, reduzindo os recursos humanos específicos da área e transferindo aos docentes funções burocráticas as quais, a princípio, não eram do seu rol de atribuições, no passado recente.

Sem dúvida, a principal polêmica relativamente à avaliação acadêmica se estabelece quando indicadores quantitativos são tomados como juízo de valor ou qualidade dos produtos, objetos e eventos mensurados ou, em outras palavras, a quantificação da produção acadêmica pode não expressar, necessariamente, a sua qualidade.

Quando as instâncias de avaliação apontam, como indicam as tendências mais recentes, para o impacto social da produção acadêmica, é preciso atenção dos avaliadores para não centrar o processo de definição somente no fator de impacto dos instrumentos de divulgação científica, posto que, apesar do seu alcance e validação científicos, a análise pode se deter predominantemente na dimensão pesquisa, ou, mais propriamente, publicações, não considerando, a rigor, o impacto social do ensino e da extensão universitária, necessariamente.

Em artigo no qual analisam os processos de desenvolvimento científico e inovação como dimensões do trabalho acadêmico intrinsecamente articuladas, Oliva e Silva (2012) defendem que os critérios e indicadores de análise dos aspectos quantitativo e qualitativo da produção, quer a científica, quer a tecnológica, devem ser considerados, mas não superestimados:

> O julgamento pelos pares, que consideram o número de trabalhos publicados em revistas indexadas, citações e envolvimento na formação de recursos humanos, tem sido aceito, mesmo se eventualmente questionado, como um padrão de análise da produção do conhecimento. Sua adoção extensiva foi essencial para a promoção do expressivo avanço da ciência nacional nos últimos trinta anos, porém esse modelo de avaliação não apresenta o estímulo e a valorização necessários ao maior engajamento dos cientistas brasileiros na inovação e na divulgação da ciência para a sociedade. Na análise da produção tecnológica, a situação é mais delicada porque os indicadores mais frequentes, como o registro de patentes e o impacto econômico, não chegam a compor um padrão pacífico e de fácil aferição. Muitas patentes visam apenas à proteção da produção intelectual, sem qualquer perspectiva de vir a resultar em desenvolvimento, produto ou processo (Oliva & Silva, 2012, p. 65-66).

Desse modo, registros quantitativos são importantes, todavia, expressam, na verdade, as próprias técnicas de construção das unidades de mensuração, não necessariamente a qualidade das ações, dos objetos, produtos e eventos gerados no contexto do trabalho acadêmico, traduzidos em produtos

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

culturais resultantes da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária. Como já indicado, uma previsão constitucional cujo alcance ético-legal pode ser otimizado, a partir do processo de curricularização da extensão universitária.

Conforme as modalidades de análise desenvolvidas e os usos dos resultados auferidos na avaliação de desempenho do docente, ele é, em geral, responsabilizado pelo desempenho institucional: "É preciso destacar que a implantação de uma cultura performativa, mais acentuada no contexto da pós-graduação, mas com efeito direto na avaliação da Educação Superior brasileira, impacta a subjetividade dos docentes pesquisadores" (Pires & Gomes, 2024, p. 6).

Com efeito, na sociedade de classes, a possibilidade de as pessoas receberem educação institucionalizada depende do grau de desenvolvimento geral dela, o que determina a necessidade de incorporação de seus membros a formas superiores de cultura, para o fim de executar tipos mais complexos de trabalho produtivo. E impõe um tipo e uma qualidade de educação definida por valores de natureza mercadológica, balizada pela estipulação de metas e financiada com base no ranqueamento dos resultados obtidos.

Por conseguinte, o desenvolvimento da educação torna-se função direta do interesse da sociedade em aproveitar, para seus fins coletivos, a força de trabalho de cada um de seus componentes. No entanto, a educação não é conquista meramente individual, mas uma função da sociedade. É o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua feição e em função de seus interesses e determinações.

É fato que concepções denominadas plurais de universidade, exímias em tentar responder unilateralmente às demandas da sociedade global, ganham concretude, no Brasil, não somente pela expansão da rede privada de ensino superior, via ensino a distância, porém, principalmente, pela descaracterização da identidade da universidade pública e de sua função social com base no desenvolvimento plural, sustentável e solidário.

Tal descaracterização tem sustentação inicial na terceirização das atividades-meio, encontrada principalmente nos serviços de limpeza, vigilância, transporte e informática, avançando progressivamente para as atividades-fim, via contratação docente em caráter precarizado e defesa de cobrança de mensalidades na universidade pública, a pretexto de suposta minimização de privilégios dos seus ingressantes, tal como ocorreu em projeto de lei derrotado na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, no ano de 2023, agora requentado em nova tentativa de aprovação, no momento em que escrevemos.

Essas ações de minimização do alcance dos parâmetros de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, mediados pela gestão, têm resultado não apenas na descaracterização da autonomia universitária, mas também afetam a liberdade de ação acadêmica. Em passado recente,

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

> . . . numa palavra, autonomia possuía sentido sócio-político e era vista como a marca própria de uma instituição social que possuía na sociedade seu princípio de ação e de regulação. Ao ser, porém, transformada numa organização administrada, a universidade pública perde a idéia e a prática da autonomia, pois esta, agora, se reduz à gestão de receitas e despesas, de acordo com o contrato de gestão pelo qual o Estado estabelece metas e indicadores de desempenho, que determinam a renovação ou não renovação do contrato. A autonomia significa, portanto, gerenciamento empresarial da instituição e prevê que, para cumprir as metas e alcançar os indicadores impostos pelo contrato de gestão, a universidade tem "autonomia" para "captar recursos" de outras fontes, fazendo parcerias com as empresas privadas (Chauí, 1999, p. 5, aspas no original).

Desse modo, o processo de descaracterização da universidade pública se vale dos condicionantes apontados, para a sua transformação no modelo operacional. No entanto, é notável a capacidade de resistência de professores, funcionários e estudantes, na defesa intransigente do ideário da universidade pública, democrática, gratuita e de qualidade referenciada na sociedade.

A massa crítica, nesse sentido, basicamente produzida pelo modelo de universidade democrática e plural, tem se revelado capaz de fomentar a resistência em prol da defesa de sua forma de organização e, quiçá, de prevalência hegemônica. A manutenção do modelo de universidade pública preconizado na Constituição Federal do Brasil (Brasil Constituição Federal, 1988) tem, no movimento docente, de estudantes e demais trabalhadores em Educação, as chances concretas para contraponto com as investidas neoliberais, a partir do diálogo com a sociedade. Daí, a importância do instituto legal de curricularização da extensão universitária, no sentido de fortalecer o tripé ensino, pesquisa e extensão universitária, necessariamente mediado pela gestão democrática.

Corroboramos as ideias de Bandeira e Marques (2023), ao mencionarem que o isolamento profissional dos docentes é um fenômeno social ainda presente nas instituições de ensino superior, a despeito dos esforços para fortalecimento dos Grupos de Pesquisa, situação que requer reflexão e consideração, posto que a educação é uma construção coletiva e deve superar sua concepção instrumental, a qual, por muito tempo da sua história, assim foi marcada:

> A compreensão de profissional defendida pelo ideário reformista baseia-se no profissional liberal, de modo que professores e gestores são entendidos como detentores de um saber que deverá ser aplicado no contexto escolar. Essa concepção do "profissional" da educação também pressupõe uma forma de trabalho individualizante, resultando, assim, no isolamento dos professores e no decorrente enfraquecimento da classe (Aguiar & Barguil, 2024, p. 10).

Ressaltamos que as práticas educativas têm intencionalidade, pois "o caráter pedagógico da prática educativa implica a explicitação dos fins e dos meios que orientam as funções do professor e do aluno em determinada direção" (Bandeira & Marques; 2023, p. 10). Assim, a avaliação, inclusive a da aprendizagem escolar, em qualquer nível de ensino, deve ser considerada como um meio e não um fim em si mesma e, portanto, delimitada pela relação entre a teoria e a prática que as envolvem. Então, a avaliação não se dá e nem se dará em um vazio conceitual, pois está dimensionada por concepções teóricas e de mundo, desveladas pelas práticas pedagógicas (Hoffmann, 2010; Luckesi, 2011).

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

A desconstrução da avaliação como orientadora das práticas, em geral, para fins de controle, prejudica a autonomia docente, pois, embora amplamente defendida nos discursos e projetos pedagógicos, ela é ameaçada, dentre outros fatores, pela agenda contraditória das instituições escolares, em seu universo, porquanto ao mesmo tempo que coopera para a reprodução social e a manutenção do *status quo,* trabalha para a construção de um olhar crítico sobre a realidade, contribuindo para a sua transformação (Aguiar & Barguil, 2024).

Por óbvio, as tentativas de descaracterização do processo de trabalho na universidade reverberam, com percuciência, nas instituições de educação básica, dada a sua condição de formadora profissional, produtora e disseminadora de conhecimento sistematizado.

Nesse ínterim, a educação contemporânea, sugestionada pelo ideário ultraliberal e, em especial, pelo uso de avaliações de larga escala, a acentuar ainda mais essa contradição, revela certo distanciamento entre o discurso teórico e a prática pedagógica, instaurando controle do trabalho docente, inclusive nas instituições de Ensino Superior.

Impõe-se, então, o fortalecimento da autonomia docente, dada a atual configuração das políticas de avaliação no Ensino Superior, com ênfase na cobrança maciça por publicações e no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), cujo objetivo de avaliar os alunos e cursos de graduação, em especial as licenciaturas, pode culminar em uma prática semelhante à desenvolvida no sistema de Educação Básica, relativamente ao treinamento dos estudantes para darem respostas prontas a questões padronizadas. Uma universidade pública deve zelar pela universalidade, pelo ambiente propício à reflexão crítica, pela diversidade cultural e pelo acesso e permanência estudantil com possibilidades concretas de êxito.

Segundo Contreras (2012), a autonomia docente é vivenciada a partir de três dimensões: a obrigação moral, o compromisso com a comunidade e a competência profissional. Assim, enfatizamos que o modo com que cada professor se relaciona com essas dimensões é singular, constituindo a sua identidade e exercendo sua autonomia, em função dos valores e compromissos que assume, enquanto educador. Contudo, nos últimos anos, certas expressões, como "autonomia docente" e "qualidade da educação", têm adquirido caráter de *slogans*, ou seja, em especial, o conceito de autonomia se esvazia de sentido, sendo utilizado, inclusive na defesa de propostas contrárias à liberdade docente ou sistemas educacionais cuja qualidade é questionável.

No contexto ultraliberal, as reformas educacionais pouco têm questionado se as propostas de mudanças estão de acordo com o que entendemos como educação de qualidade. Ademais, tais reformas, como vêm sendo globalmente propostas por organismos multilaterais de orientação conservadora, como o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), denotam

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

que "a adoção dessas reformas parece ser entendida como uma forma de superar as limitações de fronteiras e se ajustar a um contexto globalizado" (Aguiar & Barguil, 2024, p. 7).

Para Ball (2002), os elementos constituintes do "pacote da reforma" em análise são: o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade. Quanto ao último, cremos que é caracterizado por uma cobrança por elevados desempenhos, que trazem como consequências a avaliação e a comparação dos saberes dos sujeitos, uma reforma subjetiva cobrada dos professores, por meio de competências concebidas como necessárias à prática docente, as quais pressupõem, de forma perigosa, a transformação do agir, pensar e sentir para o atendimento das exigências de eficiência e eficácia.

Laval (2019) é enfático, ao afirmar que a escola e a universidade, para atender a essas novas exigências, devem se tornar quase empresas, com o funcionamento pautado no modelo das companhias privadas e com a obrigação de alcançar máximo "desempenho". Contudo, ele ressalta que

> . . . esse discurso modernizador é historicamente uma maneira de redefinir o sistema de ensino, contra o humanismo tradicional, como uma máquina produtiva subordinada a modos de raciocínio e abordagem que podem ser aplicados a outros setores da produção. Muitos progressistas não viram dificuldade em aderir a esse discurso, pois parecia ir ao encontro dos promissores avanços da ciência e do "desenvolvimento das forças produtivas" (Laval, 2019, p. 36).

Concordamos com Novaes (2022, p. 51), quando argumenta que, nas instituições de ensino superior, a política de "publicar ou morrer" demonstra a seguinte contradição: "Para os burocratas, houve aumento da 'eficiência'. Para nós, precarização do trabalho docente". Ao que parece, a qualidade e a importância do trabalho docente, ainda mais em cursos de pós-graduação de excelência, nos reduziram a uma cobrança cada vez mais insana de publicações, a qualquer custo e com qualidade questionável (vide o aumento de revistas predatórias), para liderarmos *rankings* internacionais, nos mantermos dentro das exigências das agências de fomento e, mais do que isso, firmar a ideia de que a universidade da fase ultraliberal do capitalismo brasileiro, em sua face mais cruel e a ser combatida com toda a força, é a universidade colonial, pois "forma gestores para o capital internacional, produz e reproduz ignorância cientificamente respaldada e se mercantiliza cada vez mais" (Novaes, 2022, p. 33).

Vivemos tempos em que a prática de gestão gerencialista, discutida por Ball (2005), visa ao maior controle do trabalho docente. Os valores que antes permeavam a gestão democrática são substituídos por uma cultura da eficiência e eficácia, que explora os professores à exaustão, em nome dos resultados, os quais podem ser questionados, pois, muitas vezes, fogem dos preceitos da escola republicana, que era a formação humana integral:

> O direito a ser cientista vem sendo questionado. O direito à educação pública vem sendo questionado. Ao que tudo indica, o irracionalismo é a base que fundamenta a nova expansão do capitalismo financeirizado. Ele é imprescindível para amalgamar a sociedade da barbárie.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

> Para nós, a produção de ignorância é fundamental para fazer avançar a agenda do capital monopolista (Novaes, 2022, p. 14-15).

De pronto, vale ressaltar que o modelo gerencial insere no contexto escolar formas de organização e racionalização do trabalho, peculiaridades do mundo empresarial (Aguiar & Barguil; 2024; Laval, 2019; Novaes, 2022). Constata-se também o fortalecimento de práticas de vigilância e de controle dos trabalhadores, podendo estabelecer ou manter práticas autoritárias dentro da instituição educacional, algo tão questionado no período da ditadura militar e que novamente é colocado em pauta, com as tentativas de consolidação da implantação de escolas cívico-militares, em especial no Estado de São Paulo e, mais recentemente, relembrando, a discussão de cobrança de mensalidades na universidade pública, sob a justificativa de cortes no orçamento.

A política de Ensino Superior é orientada com base em Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação (DCN), formuladas no final dos anos 1990 para diversas carreiras e expandidas de maneira gradual para a quase totalidade de cursos existentes no país. Esses documentos contemplam as características essenciais de cada profissão, bem como apontam a necessidade de profissionais humanistas, críticos e reflexivos, com pressupostos gerais que defendem uma formação sólida, de dimensão ampla, objetivando permitir ao graduando adaptabilidade às mudanças, em especial, do mundo do trabalho e da produção do conhecimento.

No Brasil, assim como em todos os países alinhados com a proposta ultraliberal, as avaliações de larga escala têm sido utilizadas não somente com o propósito de diagnosticar possíveis problemas, a fim de construir soluções, mas também se caracterizam como um instrumento de responsabilização, por meio de sanções ou recompensas (Afonso, 2012). Nessa perspectiva, a avaliação não tem sido compreendida efetivamente, a nosso ver, como instrumento processual do trabalho educativo, descaracterizando a sua centralidade, no panorama formativo, de indicar elementos teórico-conceituais para que o currículo seja pensado e modificado, de modo a incrementar o processo de trabalho docente na dimensão avaliada, o que pode, quando pautada em procedimentos meramente quantitativos, ferir a autonomia docente relativamente à liberdade para planejar as ações didático-científicas.

Outro aspecto a ser considerado também é o peso atribuído ao resultado dessa avaliação e às suas consequências para a escola, sem contar a possibilidade da elaboração de diversas trapaças (*gaming*), as quais permitem o alcance das metas sem precisar necessariamente seguir à risca os objetivos propostos, com a finalidade de conquistar as premiações e evitar as sanções comuns (Koslinski et al., 2017; Freitas, 2018).

Nesse contexto, o gerencialismo e o estabelecimento de relações hierárquicas e autoritárias dentro da escola, em nome da obtenção de indicadores de qualidade educacionais, têm deixado, cada vez mais, os professores de mãos atadas, dificultando a vivência da sua autonomia e, por conseguinte, a autonomia dos discentes.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Trata-se de sério problema a afetar todo o sistema de ensino, a ampliar a responsabilidade da universidade, não apenas para o aperfeiçoamento de sua sistemática de avaliação, mas por sua condição de formadora de profissionais, tanto para a própria universidade quanto para a comunidade em geral, especialmente para a Educação Básica.

FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR: UMA SÍNTESE NECESSÁRIA

Delineado, em linhas gerais, o marco teórico no qual se fundamenta o trabalho em uma universidade, passemos à indicação dos principais resultados da revisão de literatura produzida acerca da temática, a constituir elementos de fundamentação do processo de avaliação.

Sob o nosso modo de pensar, uma sistemática de avaliação docente deve analisar se, como e quantos dos objetivos definidos no Plano de Trabalho, ou na Proposta de Atividade Docente, foram cumpridos. De início, cumpre registrar que, no caso do ensino superior, a atividade docente deve estar centrada no princípio constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão universitária, em processos acadêmicos mediados pela gestão.

Com base nesse princípio constitucional, são coerentes as diretrizes para a extensão universitária fixadas no âmbito da Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, da Câmara de Educação Superior, instância do Conselho Nacional de Educação (Brasil, 2018), ao sugerir um processo acadêmico-formativo pautado na valorização da pessoa humana, em suas relações com o outro e com o mundo, no respeito como valor universal, nas diferenças individuais, sociais e culturais e na persecução de conhecimentos plurais, em função dos seguintes pressupostos, aqui resumidamente apresentados:

1. Impacto na formação discente em dimensão humanística;

2. Impacto na sociedade, com base na inclusão e na contribuição para construção de processos de emancipação e empoderamento;

3. Interação dialógica, visando à ressignificação de saberes, mediante reconhecimento, ou não, de vínculos entre conhecimento científico e conhecimento do cotidiano;

4. Interdisciplinaridade, ao promover a interação entre modelos científicos, conceitos e metodologias das diversas disciplinas e áreas do conhecimento, provendo interfaces entre elas, seja na perspectiva pedagógica, seja epistemológica, para a construção do conhecimento novo;

5. Interprofissionalidade, ao reconhecer o ato de aprender a trabalhar em equipe, valorizando a reflexão sobre os papéis profissionais, a perspectiva da resolução de problemas e a negociação nos processos de tomada de decisão, respeitando as singularidades e as diferenças, na abordagem de saberes e práticas profissionais;

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

6. Universalidade, firmando um modelo de universidade pública, laica, de qualidade referenciada na sociedade, voltada à efetividade da articulação entre ensino, pesquisa e extensão universitária, mediada pela gestão;

7. Avaliação contínua: pensar a extensão universitária como espaço para ampliação do debate acadêmico, consolidando-se como vasto campo de reflexões teóricas, de produção e difusão de conhecimento.

Embora seja admissível uma atuação docente mais voltada a uma das dimensões do tripé, dadas a vocação e capacidades individuais, algo pelo qual se deve ter profundo respeito, um processo de formação omnilateral não pode tomar como razoável que, na sistemática de avaliação docente, no ensino superior, não se observem os elementos centrais de cada uma das dimensões do tripé enunciado na legislação vigente, sob pena de não se cumprir a missão histórica da universidade, especialmente quanto à sua função social.

Registre-se, no entanto, que o problema não se refere apenas à legalidade; envolve, a rigor, uma concepção de ciência, posto que todo conhecimento científico é resposta a um questionamento, a uma pergunta ou a uma tragédia, como a pandemia de Covid-19, por exemplo, o que faz da articulação do tripé acadêmico algo alvissareiro para o desenvolvimento científico e social. Nesse sentido, o grande desafio que se coloca para a avaliação do trabalho docente, na academia, é verificar se se ensina pela pesquisa e, ao mesmo tempo, saber se a pesquisa tem lastro social e se consolida, a partir da extensão universitária.

Enquanto uma instituição social, uma universidade, além da produção e difusão de conhecimentos, interfere no sistema de relações sociais, colaborando para a transformação das formas de ver, compreender e produzir visões de mundo, projetando novas formas de atuação acadêmica, social e política. No bojo desse constructo de natureza sociocultural, a universidade precisa desenvolver práticas voltadas ao reconhecimento público de sua legitimidade e atribuições, elementos de justificativa do processo de curricularização da extensão universitária.

Ao discutir os fundamentos de um projeto de extensão universitária e suas implicações para a interlocução da universidade com outros setores da sociedade, Thiollent (2002) ressalta que, ao se considerar uma visão de construção social do conhecimento, as ações de extensão universitária poderão vislumbrar perspectivas de adequação aos pressupostos de transformação social. Para o pesquisador, o trabalho acadêmico deve englobar um processo de construção social do conhecimento, a se materializar a partir da dialogia inerente às ações extensionistas e que se define:

a. nos diagnósticos e pesquisas efetuadas em comunidades ou instituições;
b. nas ações formativas para membros dessas comunidades ou instituições;
c. nas ações formativas para alunos, professores e técnico-administrativos da universidade;

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

d. nas ações informativas ou mobilizadoras em públicos mais amplos (Thiollent, 2002, p. 66).

Assentada em amplo espectro de relações sociais, conforme delineado ao longo do texto, a avaliação docente no ensino superior não pode, mesmo de forma velada, se colocar, em regra, praticamente em uma das dimensões do trabalho acadêmico. Ao se situar no âmbito das principais teses de sustentação da curricularização da extensão universitária, sem desconsiderar as vocações para produção acima da média, em termos de produtos e processos em uma dada dimensão, o trabalho coletivo pode e deve contemplar as individualidades, sem deixar de cumprir a missão histórica da universidade, a qual tende à universalidade. Como corolário, a recíproca não é verdadeira, ou seja, ao supervalorizar uma das dimensões acadêmicas, a universidade pode não cumprir, a rigor, a função social que lhe é inerente.

Fazer valer o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, tomado como elemento fundante para a consolidação da universidade democrática, implica estabelecer entre a academia e a sociedade uma interdependência profícua, sustentada por ensino de qualidade, pesquisas relevantes e extensão com impacto social, articulados em processo dinâmico de intercomunicação dos diferentes programas, projetos e redes temáticas de difusão de conhecimento.

Situada nesse contexto de definição do trabalho na universidade, a avaliação docente logrará aferir, com razoabilidade, juízo de valor acerca da consecução de quatro parâmetros fundamentais: produção e difusão de conhecimento científico; articulação entre teoria e prática; formação profissional, inicial e continuada, alinhada ao exercício da cidadania; e formação ética voltada para dignidade da condição humana, valores imprescindíveis a qualquer instância de educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas atuais circunstâncias do processo de acumulação capitalista, a divisão internacional do trabalho impõe, para um país periférico como o Brasil, a reforma de seu sistema educacional, de modo a adequá-lo ao seu papel, nessa nova ordem. Sob essa óptica, o modelo de universidade voltado para a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, o qual, obviamente, demanda grande investimento, corpo docente qualificado e com dedicação integral passa a ser considerado obsoleto e sofre ataques de oportunistas, particularmente no que se refere à sustentação orçamentária.

Para o pensamento ultraliberal, o modelo constitucional de universidade brasileira somente deveria ser mantido excepcionalmente, dentre outros motivos, para atender aos interesses do mercado, como se constata com as iniciativas para incremento dos ditos centros de excelência acadêmica e tentativas de asfixia orçamentária, por vezes aplicadas à universidade, a pretexto de enxugamento da máquina administrativa.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Paralelamente, atribui-se à universidade outro papel, qual seja, de instrumento de formação aligeirada, em cursos de menor duração, sem ambiente adequado de pesquisa, as denominadas universidades de ensino. Por sua vez, as instituições que objetivam a articulação entre ensino, pesquisa e extensão têm a sua atuação prejudicada pela tentativa de vinculação da produção e difusão do conhecimento às condições do mercado.

Predominante no setor privado, configurado nos "centros universitários", esse modelo começa a ganhar força nas universidades públicas, seja pela precarização das formas de contratação do pessoal docente, seja pela instituição de processos de graduação via ensino a distância e supervalorização da produção bibliográfica. Isso explica, na devida monta, as dificuldades enfrentadas para a consolidação do processo de curricularização da extensão universitária. Prevista no Plano Nacional de Educação 2014-2024, apenas ao final desse período se estabelece na maioria das instituições, constatando-se ainda resistência relativamente à instauração de ações voltadas à relação dialógica com a sociedade e à busca de transformação do paradigma curricular técnico-linear, para uma dimensão de formação humanística, de sorte a pautar a possibilidade de uma organização curricular em dimensão crítico-emancipatória.

Conforme defendemos, ao longo da discussão, a observação acurada dos pressupostos da curricularização da extensão universitária na sistemática de avaliação docente no ensino superior poderá lograr, mais que a necessária relação dialógica com outros setores da sociedade, uma exigência constitucional, relações dinâmicas no processo de produção e difusão do conhecimento, privilegiando situações nas quais os estudantes serão conduzidos a um rico processo de reflexão, análise e resolução de problemas socialmente relevantes.

Por fim, destaque-se que, embora deva ser atenta às necessidades do mundo do trabalho, não convém à universidade ser prisioneira das leis de mercado, a ponto de sua produção científica enviesar para o tecnicismo, uma tendência da chamada sociedade global. Esse modelo avança no âmbito da tecnocracia e regride no processo de formação humana. Ora, se um dos objetivos das pesquisas científicas é o de encontrar soluções para problemas enfrentados pela humanidade, faz-se necessário assegurar autonomia para a descoberta, para a inovação e para a difusão do conhecimento científico.

De outro modo, os temas de pesquisa seriam ditados exclusivamente pelas contingências do cotidiano, o que propiciaria uma universidade de caráter funcional, a qual se prestaria unicamente a discutir questões imediatas postas pelas condições histórico-sociais vigentes e se revelaria incapaz de também projetar mudanças estruturais, consolidando a sua função social.

Sem universidade livre, não há liberdade individual; limita-se o senso crítico; empobrece-se a cultura.

REFERÊNCIAS

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Afonso, A. J. (2012). Para uma conceptualização alternativa de accountability em educação. *Educação & Sociedade*, 33(119), p. 471-484. https://doi.org/10.1590/S0101-73302012000200008.

Aguiar, D. C. V., & Barguil, P. M. (2024). Autonomia e docência no cotidiano escolar sobralense: Efeitos da accountability. *Estudos em Avaliação Educacional*, 35, e10373. https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/10373.

Ball, S. J. (2002). Reformar escolas/ reformar professores e os terrores da performatividade. *Revista Portuguesa de Educação*, 15(2), 3-23. http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37415201.

Ball, S. J. (2005). Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. *Cadernos de Pesquisa*, 35(126), 539-564https://doi.org/10.1590/S0100-15742005000300002.

Bandeira, H. M. M., & Marques, E.S.A. (2023). Planejamento colaborativo: Necessidade e possibilidade no trabalho docente no Ensino Superior. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 18(00), e023028. https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16173.

Brasil. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil. (2014). *Lei 13.005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, Gabinete da Presidência da República. https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html.

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2018, 18 dezembro). *Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018*. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior e regimenta o disposto na meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção 1, p. 49-50.

Carcanholo, R. A. (2010). Interpretações sobre o capitalismo atual. *Revista Antítese*, 8, 7-28 (impressa).

Chauí, M. (1999). A universidade operacional. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, 4(3). https://periodicos.uniso.br/avaliacao/article/view/1063.

Contreras, J. (2012). *Autonomia de Professores*. São Paulo: Cortez.

Freitas, L. C. (2018). *A reforma empresarial da educação:* nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular.

Gil, A. C. (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Hoffmann, J. M. L. (2010). *Avaliação:* mito e desafio: uma perspectiva construtivista. Porto Alegre: Mediação.

Koslinski, M. C., Ribeiro, E., & Oliveira, L. X. de. (2017). Indicadores educacionais e responsabilização escolar: Um estudo do "Prêmio Escola Nota Dez". *Estudos em Avaliação Educacional*, 28(69), 804-846. https://doi.org/10.18222/eae.v28i69.4087.

Laval, C. (2019). *A escola não é uma empresa:* o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo.

SciELO Preprints - Este documento é um preprint e sua situação atual está disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11616

Luckesi, C. C. (2011). *Avaliação da aprendizagem:* estudos e proposições. São Paulo: Cortez.

Novaes, H. T. (2022). *Da universidade necessária à universidade para além do capital*. Marília: Lutas Anticapital.

Oliva, G., & Silva, F. P. da. (2012, março-maio). Ciência e Inovação. *Revista USP*, 93, 59-68. https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/45002/48615.

Pires, F, T., & Gomes, S. dos S. (2024). Avaliação de desempenho docente na Educação Superior: uma análise da produção acadêmica nos últimos dez anos. Santa Maria (RS). *Educação*, v. 49, 2024. Recuperado de: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao. Acesso em: 04 dez. 2024.

Thiollent, M. (2002, julho-dezembro). Construção do conhecimento e metodologia da extensão. *Cronos*, 3(2) (impressa).

Vale, J. M. F. do. (2018). *Estudos de Educação Escolar:* elaborados no contexto da pedagogia histórico-crítica. Bauru (SP): Clube de Autores.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS

Ambos os autores participaram ativamente da discussão dos resultados, bem como da revisão e aprovação da versão final do trabalho.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença Creative Commons CC-BY.
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.